

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXVIII



COIMBRA 1993
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

AS MARINHAS DE SAL E A BARRA DE AVEIRO NA CRISE DO SÉCULO XVII

1. Introdução

As raízes de Aveiro estão profundamente entranhadas nas suas salinas. Povoação totalmente desconhecida até ao fim do nosso primeiro milénio, é com o testamento-doação de Mumadona Dias que *Alavario* revela a sua existência nas salinas doadas ao Mosteiro de Guimarães. E é a exploração das salinas, e depois a pesca abundante, que atrai os povos, povo miúdo, primeiro, nobreza e clérigos, depois, a esta terra promissora.

As condições geológicas da formação da Ria favoreceram a multiplicação de produtivas marinhas, boas pescarias, seguro porto de mar e facilidade de construção naval.

No séc. XIV a importância das fainas marítimas e piscatórias é bem expressa na força social e política da Confraria dos Pescadores e Mareantes de Santa Maria de Sá, fundada nos princípios do século anterior, com autorização régia e dotada de latos privilégios (*)•

Para a nova política económica preconizada pela dinastia de Avis,

(*) **Arquivo Paroquial da Freguesia da Vera Cruz, Aveiro (APFVC), Tombo da Confraria de Nossa Senhora de Sá.**

Aveiro apresentava-se com reais possibilidades económicas e com capacidade de marcar um lugar importante na expansão do país. Por isso, D. João I, e sobretudo o Infante D. Pedro, acarinharam o seu desenvolvimento: privilégios, construção de muralhas, organização da vida social, política e religiosa. A nobreza, mesmo a de primeira estirpe, interessou-se pela recente vila. As ordens religiosas edificaram os seus mosteiros e conventos onde se vieram recolher os filhos e filhas das mais nobres famílias portuguesas. Em poucas décadas a vila triplicou a sua população. As fainas marítimas e piscatórias criaram experimentados marinheiros e, principalmente, pilotos que muito contribuíram para a epopeia expansionista portuguesa. Podemos ver marinheiros e pilotos aveirenses nas primeiras linhas da expansão. Os mares da Terra Nova foram explorados, desde os Corte-Reais, pelos bacalhoeiros de Aveiro, junto com os de Viana, e com uma capacidade que atingia a meia centena de navios anuais. Em 1552 havia na vila setenta navios, na maior parte de construção local, que iam *pera as partes a saber pera a terra nona muy tas ao bacalhao e para Irlamda e Inglaterra e frãndes e Ilhas outras e outras pouqas pera Galiza f...]* (2).

A produção de sal seria também abundante. A laguna era plenamente aberta à entrada da água salgada. A barra, na latitude da Senhora das Areias (actual S. Jacinto), permitia a formação de salinas desde Ovar a Alquerubim e, pelo Boco, até Vagos. A procura de sal, bem de primeira necessidade, era grande, não só por todo o Norte do país mas principalmente pela Galiza, Inglaterra, Irlanda e Flandres, numa época em que todas as salinas a Norte (e refiro-me tanto às salinas do Norte do País, como principalmente aos *marais salants* franceses do Atlântico) perderam a sua importância (3).

A certidão de nascimento de Aveiro está *escrita em* Se folhearmos

(2) F. Ferreira Neves, "A marinha mercante de Aveiro no século XVI", in *do Distrito de Aveiro*, V, 1939, págs. 213 a 222.

(3) Virginia Rnu, *Estudos sobre a História do Sal* Editorial Presença. Lisboa, 1984, págs.89 a 100.

os documentos paleográficos sobre Aveiro nos primeiros séculos da nacionalidade, praticamente todos eles se referem a compras, vendas, trocas, doações de talhos de marinhas e moios de sal. Dir-se-ia que Aveiro eram só marinhas (4). Porém nada se sabe sobre a quantidade de sal produzido, vendido localmente, exportado ou para onde era exportado. Nada se sabe sobre os preços a que era vendido, impostos pagos, usufruto das marinhas, condições de produção, crises de laboração e de produtividade. Virgínia Rau, que melhor estudou a produção e o comércio do sal português, quase só se debruçou sobre o salgado do Sado e mais especificamente de Setúbal, no séc. XVII(5). E de Aveiro refere apenas a média de produção anual, para os anos de 1679 a 1681, de 290,3 moios, ou seja, em toneladas, significaria pouco mais de 200, produção demasiado pequena para tantos interesses e que os documentos não confirmam.

Como todo o país, também Aveiro sofreu a conjuntura recessiva do séc. XVII. A construção naval e a pesca desapareceram. As marinhas foram abandonadas. Os campos agrícolas ficaram alagados. O comércio feito pela burguesia local morreu. O povo definhava e morria na miséria(6).

O *entupimento da barra* tem servido demasiado para justificar a enorme crise económica e social que Aveiro viveu nos séculos XVII e XVIII. E, sobretudo, como ideia feita, tem impedido um profundo estudo da documentação existente.

2. As Marinhas de Aveiro

2.1. A sua formação

A laguna que integra hoje o delta do Vouga é de formação recente,

(4) Maria João V. B. Marques da Silva, *Aveiro Câmara Municipal de Aveiro*, Aveiro, 1991, pág. 97.

(5) Virgínia Rau, *o b . c i t .*

(6) *Colectânea de Documentos Históricos, II, Câmara Municipal de Aveiro*. Aveiro, 1959. págs. 265 a 331.

posterior à era crista. Em tempos anteriores, os rios Antuã, Vouga, Águeda, Cértima e Boco tinham foz autónoma. Por isso a linha de costa, de Espinho ao Cabo Mondego, fazia uma grande curvatura para o interior, de vários quilómetros, penetrando profundamente pelos vales dos rios que aí desaguardam⁽⁷⁾. Pelo Vouga, por um longo esteiro de quase 20 quilómetros ⁽⁸⁾, o mar atingiria o Cabeço do Vouga, onde teria existido a *Talabriga* dos romanos⁽⁹⁾. E pelo Águeda e Cértima inundaria a actual Pateira de Ferméntelos. Como se trata de terrenos muito baixos é de supor que muitos deles fossem utilizados para extração de sal, como o era *Salada* (Alcácer do Sal) ou Tróia. A água do mar entraria pelo esteiro do Vouga até Talábriga, inundando terrenos de formação recente, e aí vinham desaguardar os rios Vouga e Mamei e, depois, Águeda e Cértima, todos em foz diferente. A água salgada penetraria até ainda para cima do Cabeço do Vouga, pois no século XI, no ano de 1059, ainda havia boas salinas em Alquerubim, conforme refere um inventário de bens do Mosteiro de Guimarães ⁽¹⁰⁾.

O desenvolvimento das salinas da foz do Vouga (Alquerubim, Canelas, Fermelã, Esgueira, Sá, Aveiro, ílhavo e Vagos), foi obra das populações pr *é-nadonais*.

⁽⁷⁾ Vários geógrafos e historiadores, nomeadamente Amorim Girão e Martins Sarmiento, defenderam que *& Pelagia Insula*, dos versos 164 a 172 do poema *Ora Marítima*, de Festus Avieno (feito a partir de um périplo fenício ou massaliota do séc. VI A.C.), se referiria à foz do Vouga e nos apresentaria toda aquela costa como uma ilha muito baixa, cheia de vegetação e que, com a maré cheia, ficaria submersa, só se vendo a vegetação. A passagem de qualquer barco *revoltaria* toda a vegetação à volta enquanto o resto do mar ficaria calmo. Esta vegetação seria o moliço ou, talvez melhor, o junco, ainda hoje frequente nos canais da ria.

⁽⁸⁾ Amorim Girão, *Bada do Vouga, Estudo Geográfico*, Coimbra, 1922; Alberto Souto, *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, 1923. A. C. Borges de Figueiredo, "Oppida Restituta - As cidades mortas de Portugal", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885.

⁽⁹⁾ Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 1988, pág.89. Toda a zona circundante deste cabeço era denominada, em épocas medievais, de *Civitas Marne lis* e os documentos localizavam-na *prope littore maris*, isto é, próximo do mar, conforme refere Maria João B. M. da Silva, *oh. cit.*, pág.180.

⁽¹⁰⁾ *Portugaliae Monumenta Histórica (P.M.H.), Diplomata et Chartae*, CCCXX, pág. 262.

Quer durante o período de ocupação muçulmana, quer ainda antes, com suevos^(u) e visigodos, era grande a vitalidade desta região. A colonização muçulmana está bem documentada quer na toponímia (*Mourisca* do Vouga, Alquerubim), querem documentos paleográficos: testamentos, doações, contratos⁽¹²⁾. Herculano transcreve vários documentos das relações económicas e sociais de árabes com cristãos, nomeadamente a relação de todos os bens de Gonçalo Viegas (do ano de 1050, reinando Fernando Magno), entre Antuã e Ourentã, em que refere umas salinas que foram do árabe Zoleima⁽¹³⁾. Seria de supor que os muçulmanos não tivessem promovido a produção de salinas, dadas as características da sua dieta alimentar, valorizando mais as frutas que as carnes ou peixe. Mas, pela documentação, é certificado o seu interesse económico, possivelmente para comercializar com o vizinho e adversário cristão⁽¹⁴⁾. E, porque contemporâneos da organização geológica de toda a laguna, teriam tido um papel activo na formação económica da ria.

Por volta do ano 1 000, o cordão litoral que avançava desde Espinho para sul ultrapassara já Ovar, em extenso areal, salpicado de lagoas, que

^(u) Em 569, reinando Teodomiro, rei dos suevos, reuniu-se um concílio de todos os bispos do reino para se fazer uma divisão geográfico-religiosa do território. Daí saíram as dioceses divididas em paróquias, o chamado *paroquial suevo*. A área litoral do centro do reino pertencia à diocese de Conímbriga, que era composta das paróquias de Conímbriga, Emínio, Sélio, Lurbine, Insula, Antunane e Portucale *castrum antiquum*, como refere Pierre David (*Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VleauXIIe siècle*, Paris-Lisboa, 1947, pág. 36). Ora é perfeitamente conhecida a localização de todas as paróquias, excepto a de Insula. Creio tratar-se de toda a área ribeirinha desde Lamas do Vouga, Sangalhos, Ferméntelos, Eixo, Aveiro. Insula significava tan to *ilha* como *terreno alagadiço à beira de um rio*.

⁽²⁾ João Reigota defende mesmo tradições etnográficas de origem muçulmana na região gandarameada em Mira. O traje e a casa gandarasa são, segundo este investigador mirenses, de origem moçárabe, devidamente comprovada pelo aparecimento de moedas árabes. Ver *Uma caminhada na História - Vila de Mira*, Ed. da Câmara Municipal de Mira, 1992, págs. 111 e seguintes.

⁽³⁾ P. M. H., *Dipl. et Ch.*, CCCLXXVIII, pág. 230.

⁽⁴⁾ Notemos que os suevos e os visigodos, populações de origem nórdica, privilegiam uma alimentação rica em proteínas de origem animal, enquanto os muçulmanos tinham uma dieta mais de origem vegetal. Por isso seria menor a necessidade de sal.

creciam e diminuíaam ao ritmo das marés. Também os sedimentos trazidos pela erosão dos cinco rios se foram depositando nas margens, diminuindo a largura e profundidade do esteiro do Vougae acabando por os unir todos numa única foz, em delta. E as margens, inundadas em cada praia-mar, tomaram-se terrenos ideais para salinas. Assim aparecem as salinas de Cabanões, de Ovar e de Rio Seco⁽¹⁵⁾, este último entre Canelas e Fermelã.

Também a sul, e partindo do Cabo Mondego para norte, as areias trazidas pelos ventos e pelas correntes marítimas se iam acumulando, fazendo recuar a linha de costa e dando também origem a lagoas em Tocha e Mira. É provável que, também aqui, tivesse havido salinas. Mas destas não possuímos ainda qualquer documento.

Porém, é com o período da reconquista e colonização cristã que se tomam abundantes os documentos sobre a valorização económica e social do baixo Vouga. Isto não significa tanto que se tivesse assistido a uma efectiva dinamização económica, mas mais a um incremento e dinamização de ordens religiosas na colonização e uma boa organização dos seus cartularios. Conhecemos hoje a existência destas propriedades, suas transferências e até, por vezes, a sua produção, porque os monges eram cuidadosos e organizados com os seus documentos.

Em 959 a "rica e poderosa D. Mumadona" ⁽¹⁶⁾ doou ao mosteiro de Santa Maria de Guimarães as terras e salinas em *Alavario* e em *Alquerubim*⁽¹⁷⁾, terras e salinas que havia comprado. Comprado a quem? Não sabemos. Mas se comprou é porque já existiam e estavam em laboração. As salinas são obra do povo humilde e, só depois, por presúria ou outro meio semelhante, passam para a propriedade da nobreza conquistadora, como já atrás referimos. Na ria de Aveiro este foi também

H P. M. H., *Dipl. et Ch.*, DLVII, pág. 338.

(16) Virgínia Rau. *Estudos sobre a História do Sal Português*, Editorial Presença, Lisboa, 1984, pág. 58.

(17) P. M. H. *..Dipl.etCH.*, I.XXVI. pág. 49: "[...] Adieimus [...] in territorio Colimbria villade Alcaroubim quoinnodo illa obtinuit froya guntessindiz [...] terras in Alauarioet salinas qui ibidem comparavimus [...]"

o sistema de propriedade.

A propriedade das salinas não se conserva por muito tempo na posse da nobreza. Tal qual como nas salinas francesas ou venezianas⁽¹⁸⁾ ou do norte de Portugal e de Setúbal, também as salinas da ria de Aveiro foram doadas ao clero monástico, principal mente. Mumadonadadoou Alquerubim e Aveiro a Guimarães; João de Rochela e sua esposa D. Dacis doaram, em 1177, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, todas as suas salinas em Aveiro, *Vila de Milho*, Sá, ílhavo e Requeixo⁽¹⁹⁾. Em 1216 D. Pedro Afonso e sua mulher D. Urraca Afonso doaram, para sempre, ao mosteiro de Arouca a prestação anual de mil moios do seu sal de Aveiro; e em 1275 o seu bisneto D. Pedro Afonso confirma essa mesma doação comprometendo-se a pagar ao dito mosteiro a parte que lhe cabia, por herança, nessa obrigação.

Mas deixemos a época medieval, já devidamente estudada⁽²⁰⁾.

2. 2. *A Crise dos Secs. XVII e XVIII*

O cordão litoral formado pela sedimentação das areias arrastadas pelas marés vivas, com uma corrente de norte para sul, aliadas com os sedimentos trazidos pelos rios, fechou cada vez mais a laguna. Em 1200 a barra estava já naTorreira; em 1580 estava na Senhora das Areias, onde hoje fica S. Jacinto, proporcionando uma barra suficientemente aberta para boa entrada de navios e circulação das águas para as marinhas e, de igual modo, criando uma baía bem abrigada para recolha e boa carga das

O⁸) Michel Moliat, no seguimento da historiografia do sal em França, refere que, numa primeira fase, correspondente aos séculos IX a XII, as salinas foram doadas ao clero monástico ou às sés episcopais pois eram os únicos com necessidades de grande consumo e capacidade para ultrapassaros limites do círculo local ou regional. VerHOCQUET, Jean-Claude, *Le Sel et le Pouvoir-de L'Art m à la Révolution française*. Albin Michel, Paris, 1985, pág. 59.

O ANTT, *Leitura Nova de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 3. fl. 34 v., referido por Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 59.

⁽²⁰⁾ Veja-se, por todos, o excelente estudo de Maria João V.B.M. da Silva, *Aveiro Medieval*, atrás citado.

embarcações. Foi a época áurea do comércio, pesca e salinas de Aveiro. A cidade possuía 70 navios, entre naus e caravelas, com uma capacidade total de 5 100 toneladas, todos construídos em Aveiro⁽²¹⁾. Os aveirenses eram o grupo de pescadores mais numeroso na Terra Nova⁽²²⁾, juntamente com os de Viana da foz do Lima. E Virgínia Rau, referindo os 208 barcos entrados no porto de Arnemuiden em 1528-1529, carregados de sal português, identificou, pela sua proveniência:

44 de Aveiro	16 de Lisboa
34 de Viana	12 do Porto
33 de Vila do Conde	7 de Faro ⁽²³⁾
17 de Setúbal	

Os marinheiros e pescadores, reunidos na sua confraria de Santa Maria de Sá, eram um poder social e económico, com i números privilégios reais, que não permitiam a ingerência nem de nobreza nem mesmo de clero nas suas fileiras⁽²⁴⁾.

A produção de sal é muito boa, como o atesta a quantidade de navios que o transporta para o Mar do Norte e Báltico. Calcula-se uma produção de 16000 moios desalemcercade500marinhas⁽²⁵⁾. Númerosexagerados

(21) F. Ferreira Neves, "A marinha mercante de Aveiro no século XVI", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, V.1939, pág.213.0autorrefere-seaumarelaçãoenviadapelojuiz de fora de Aveiro ao monarca, D. João III, em 1552, num contexto de luta contra os corsários franceses, e em que a marinha portuguesa estava a ser dizimada pelos referidos corsários. E já uma época de crise em que os navios nacionais estavam a diminuir. No início do século contavam-se em Aveiro cerca de cem navios que se empregavam principalmente no comércio de sal para os portos da costa e para o Norte da Europa e na pesca do bacalhau na Terra Nova.

(22) APFVC, *Tombo da Confraria de Santa Maria de Sá*, 1515, fl. 80.

(23) Virgínia Rau. *oh. cit.*, pág. 132.

C) Em 1577 a Confraria consegue de D. Sebastião a aprovação dos seus novos estatutos onde, entre os capítulos principais, se lê:

que somente podiam servir de juiz, mordomo ou escrivão confrades que fossem pescadores ou mareantes ou já o tivessem sido;

que o juiz e mais oficiais não consentissem que o ordinário eclesiástico tomasse contas nem se entremettesse nas cousas da Confraria (.../, fis. 3).

(25) Comandante Sil vério R. da Rocha e Cunha, *Relance da História Económica de Aveiro*, 1930.conferênciarealizadaem Aveiroem 14 de Junho de 1930. Desconhecemos

por excesso, parece-me, no número de marinhas, porquanto o Tombo da Casa de Aveiro refere apenas 261. Ou então eram marinhas pequenas que, no século seguinte, se uniram. Se tais marinhas tivessem existido, o Tombo não deixaria de as referir, mesmo que inactivas. Poderá este último número ser superior se considerarmos a existência de marinhas em Esgueira e Ovar, que não pertenciam ao ducado de Aveiro. Mas não era possível a existência de muitas marinhas a norte do Monte Farinha. E nos campos de Fermelã, Canelas e S. João de Loure, pertencentes ao Convento de Jesus, não há referências a salinas posteriores ao século XV⁽²⁶⁾.

O movimento do porto era intenso e contínuo. Dia e noite havia navios à carga. As portas da vila, do lado da *cale*, não se fechavam, nem os sinos de ronda tocavam, porque o movimento de marinheiros, mamotos e medidores do sal era contínuo⁽²⁷⁾.

O país nunca foi grande produtor de cereais, não só porque o clima mediterrânico e a orografia acidentada o dificultavam, mas principalmente pela falta de transportes do interior com o litoral. Por isso se produziu quase sempre para a subsistência, à excepção das zonas ribeirinhas, com fácil navegabilidade. E Aveiro tinha esse raro privilégio. O rico do Vouga, do Águeda e do Cértima fornecia abundância de madeiras, cereais, legumes, vinhos e frutas. Em troca, do estrangeiro vinham os

o valor real da produção por não sabermos o valor aqui atribuído ao moio. Veja-se, no lugar próprio, as equivalências entre as diversas medidas usadas em Aveiro.

⁽²⁶⁾ Domingos Maurício Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Edição da Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa, 1967. (3 Convento de Jesus era donatário de grande quantidade de terras nas áreas em referência.

^(f) Em Julho de 1550 os oficiais da Câmara e homens bons da vila de Aveiro enviaram um agravo para a Casa da Suplicação, queixando-se ao Rei de que o Ouvidor tinha obrigado ao recolher obrigatório e mandava prender todo o que fosse encontrado na rua depois do recolher, indo assim contra um privilégio antigo de Aveiro. E nos argumentos dizem os do Senado camarário que a vila era porto de mar e nele existiam mais de *cem velas naturais* que nenhuma outra coisa faziam senão o acarretarem sal, tanto para as costas deste reino como para as da Galiza e para outras partes; que além disso vinham muitos navios *infortuitos* a buscarem sal, os quais tanto de dia como de noite carregavam sal, segundo convinha, pela variante das marés [...] de modo que toda a noite andavam em negociações e iam e vinham para suas casas os medidores e gente dos mamotos das marinhas e donos delas e os marinheiros e mestres; e que todos tinham suas tendas fora

tecidos, os metais, o pez, a pólvora, o vidro, o papel, a cerâmica⁽²⁸⁾, necessários à indústria local ou facilmente levados para o interior. A vila tinha abundante produção de sal e muita pesca, principalmente de bacalhau que, depois de tratado, era uma riquíssima fonte de receitas. A burguesia era activíssima e rica: construiu navios de dezenas e centenas de toneladas, financiou grandes carregamentos de mercadorias⁽²⁹⁾.

Toda esta actividade produtiva e comercial é geradora de grandes riquezas fiscais. Para evitar dificuldades de cobrança nas sisas, o concelho contrata com o Rei, no ano de 1575, um valor certo e fixo, por seis anos, renováveis: 3 312 122 réis anuais e mais cinco arrobas de cera. Os excedentes seriam as *sobras* para gastos em obras na vila. Se houvesse falta, estas seriam compensadas por fintas lançadas à população. Mas o rico comércio marítimo trazia sempre sobras e Aveiro viveu um século de prosperidade⁽³⁰⁾.

Esta riqueza tornara-se objecto de cobiça da nobreza e clero. Já o rei D. João I doara a vila a seu filho, o Infante D. Pedro. Estávamos ainda

da vila onde trabalhavam até à meia noite e vinham repousar a suas casas e outros vinham à *prima noite* e tomavam à meia noite a trabalhar ou às horas que cada um parecia. Por isso nunca nesta vila tocou o sino de recolher (*Colecânea de Documentos Históricos*, II, Câmara Municipal de Aveiro, 1959, pág. 255).

⁽²⁸⁾ L. Crespo Fabião, "Alguns dados sobre o contributo de Aveiro para o comércio marítimo de importação entre a Zelândia Holandesa e a Península Ibérica nos meados do século XVI (1534-44), segundo dados extraídos das contas públicas do Porto Zelandês de Midelburgo", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XLIT, Aveiro, 1976, págs. 24 a 39.

⁽²⁹⁾ Em 29 de Maio de 1641 Manuel Tomé, capitão do navio *Santo António*, recebeu de empréstimo de João Garcia Soares a importância de 172.040 réis para aparelhar o seu navio afim de fazer viagem ao Rio de Janeiro e Baía de Todos os Santos. Prometeu pagar metade dessa importância logo que chegasse a um daqueles portos, mais o juro de 51 612 réis, num total de 137 632 réis. No regresso à Europa pagaria a outra metade da dívida e mais os juros desta metade, de 103 224 réis, no total de 189 244 réis (*Contrato notarial celebrado nas pousadas do tabelião Domingos Gomes Pimentel, em Aveiro*). Em síntese, um empréstimo de 172 040 réis produz um lucro de 154 836 réis em menos de um ano. Claro que os riscos eram enormes: risco de mar, fogo e corsários. Mas a burguesia vivia com o perigo e o seu dinamismo criava riqueza.

⁽³⁰⁾ Devem ter sido construídos neste século os soberbos arcos (aqueduto) que transportava água da zona da Forca para a Fonte dos Arcos, situada junta da ponte e cais da vila e onde se abasteciam os barcos.

longe da prosperidade quinhentista, mas já se adivinhavam as potencialidades que o mar lhe oferecia.

Com o Infante D. Pedro vieram alguns nobres da sua casa, que cá se instalaram⁽³¹⁾, e vieram os frades dominicanos⁽³²⁾. Logo depois estes últimos promoveram a fundação do Convento de Jesus, ramo feminino da mesma ordem religiosa. A alta nobreza a que pertenciam estes religiosos e religiosas deu grande notabilidade à vila. E principalmente o ingresso, neste mesmo convento, da princesa D. Joana, filha de Afonso V, com todos os efeitos políticos que a rodeou, trouxe às luzes da ribalta esta pequenina vila de pescadores e marnotos, perdida algures entre Porto e Coimbra. As atenções reais e de toda a nobreza viraram-se para Aveiro. A riqueza da vila e as suas sobras fiscais são cobiça de bons ordenados e emolumentos. E nem o rei nem a nobreza podem permitir que o povo *desperdice* estes bens. É criado o ducado de Aveiro para o filho bastardo de D. João II⁽³³⁾. A dizima do pescado é dada aos Tavares, uma das mais nobres famílias do reino⁽³⁴⁾. Umas dezenas de *empregos* são criados quase sem outra finalidade que não fosse criar tenças e emolumentos para sustentar uma nobreza parasita⁽³⁵⁾. Assumem todos os lugares da

(31) Nomeadamente Aires Gomes de Quadros, André Gil Barreto, Pedro Homem e outros, conforme refere F. Ferreira Neves na sua *Genealogia de Famílias Nobres Aveirenses*.

(32) A. G. da Rocha Madahil, "Livro dos Títulos do Convento de São Domingos da cidade de Aveiro", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXVII, 1961, págs. 81 seguintes.

(33) F. Ferreira Neves, "A Casa e o Ducado de Aveiro, sua origem, evolução e extinção", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXXVIII, 1972, págs. 161 seguintes.

) Numa escritura notarial do tabelião Domingos Gomes Pimentel, de 13 de Janeiro de 1642, Gonçalo Tavares de Távora arrenda, por dois anos, a André Nunes Gamião e sua mulher Maria Jorge acobrança da dizima do pescado fresco e salgado desta vila pelo preço de 810.000 réis, pagos em quatro prestações anuais (Páscoa, S. João, S. Miguel e Natal) de 101.250 réis. Os Tavares eram também senhores da vila de Mira e possuidores da melhor casa da vila de Aveiro, como refere Cristóvão de Pinho Queimado. A casa dos Tavares foi depois residência episcopal e palácio de repartições públicas. Sobre esta família veja-se o meu pequeno estudo "O Senhorio de Mira", publicado in *Voz de Mira*, Ano I, n.ºs 22 e 23, de 15 e 30 de Junho de 1981.

(35) A relação dos ordenados e emolumentos oficiais que se pagavam aos funcionários em Aveiro, em 1691, somava muito próximo dos dois milhões de réis. Veja-se José Lima, "O Distrito de Aveiro na Ouvidoria de Montemor-o-Velho", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, II, 1936, pág. 265 e seguintes.

governança, intrometem-se, desastrosamente, na actividade económica comprando as principais e mais ricas fontes de produção, não para as ampliar investindo os lucros gerados, mas para sonegarem esses lucros para sua ostentação pessoal. Desde os tempos de D. Dinis que o povo se queixa, sem qualquer resultado, da presença e abusos da nobreza. A confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá rejeita em absoluto a sua intromissão, como já referi.

O afluxo da nobreza a Aveiro na segunda metade do século XV agravou a situação. Os procuradores e homens bons do concelho insistiram junto do Rei, D. João II, que os atendeu:

"[...] considerando nós como a maior parte da gente que vive em a nossa vila de Aveiro são mareantes e pescadores e assim doutras pessoas que ganham suas vidas fora desde suas casas pelo qual sendo a vila do infante D. Pedro, meu avô que Deus haja, havendo respeito a ela se povoar lhe deu privilégio que nenhuma pessoa poderosa assim homens como mulheres viessem viver e morar na dita vila e se eles quisessem fazer o contrário mandava aos juizes dela que lho não consentissem, e agora os moradores dela nos vieram pedir, porque receavam que as mesmas pessoas viessem novamente nela, lhe dessemos o privilégio de lho não consentir [...]. E queremos que, daqui em diante, nenhuma das ditas pessoas poderosas, assim homens como mulheres, não vivam nem morem na dita vila, não tolhendo porém os sobreditos quando forem de caminho pousarem na dita vilae aí estarem em ela até quatro dias, os quais acabados, se partirem logo dela [...]" (36).

Mas é o próprio rei que se esquece facilmente. Em 1523 nomeia alcaide-mor da vila a Álvaro de Sousa, um fidalgo de sua casa. Ora Aveiro não precisava de alcaide-mor. Já em 1506 rejeitara a nomeação de Pedro

(36) Documento de 30 de Dezembro de 1493, transcrito na *Históricos*, D, Ed. da Câmara Municipal de Aveiro, 1959, pág. 33 (com a leitura actualizada).

Moreira e conseguira alvará real de que não houvesse alcaidaria-mor nesta vila, que não tinha castelo nem fortaleza. Agora, com Álvaro de Sousa, não só o povo o não queria como alcaide nem mesmo permitia que ele vivesse na vila. Mas o rei queria agraciar o seu fidalgo. E, muito embora prescindisse da nomeação para o ofício, forçou o povo de Aveiro a aceitá-lo como vizinho⁽³⁷⁾.

Mas não era só a nobreza que cobiçava viver em Aveiro. No século XVII, apesar da evolução rápida para a crise económica local, fundam-se nesta vila quatro conventos, a juntar aos três que já existiam.

Em 1613 foi fundado o Convento dos frades carmelitas, primeiro numas casas velhas junto a S. Gonçalo, depois, com o patrocínio de D. Brites de Lara, tia do então duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, num majestoso edifício na rua de S. Paulo, à entrada de Sá⁽³⁸⁾.

No próprio palácio de D. Brites foi fundado em 1658 o convento das Carmelitas. O palácio havia já sido construído intencionalmente com planta adaptável a convento. Após a morte daquela senhora e de acordo com o seu testamento, foi criado o convento de S. João Evangelista, das carmelitas descalças⁽³⁹⁾.

O convento da Madre de Deus, de Sá, foi fundado em 1644.0 terreno pertencia a Manuel Barreto e Sernide, fidalgo da casa real, que, em testamento, dooavapara a fundação de um hospital anexo à Confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá. Porém, a viúva e testamenteira deixou de construir o hospital para construir o convento. Inicial mente uma casa singela, tornou-se, ao longo dos anos e apesar da crise económica, um edifício majestoso e rico, internato de elite para a educação das filhas menores da melhor nobreza regional⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁷⁾ *Oh. cit.*, págs. 175 a 182.

J. R. Rangel de Quadros, *Apontamentos Históricos*, V, fotocópias de publicações feitas em vários jornais, coligidas e organizadas pelo Arquivo da Câmara Municipal de Aveiro, pág. 43.

⁽³⁸⁾ *Ob. cit.*, pág. 105.

⁽⁴⁰⁾ *Ob. cit.*, pág. 80.

O Recolhimento de S. Bernardino, para senhoras que quisessem fazer voto de vida recolhida sem votos religiosos, foi fundado em 1680. Começando com cinco pessoas, alguns anos depois eram já 38. E mesmo "vivendo sempre em muita pobreza e lutando com dificuldades", de umas casas velhas e acanhadas, comprando todas as casas vizinhas, inauguraram em 1745 um grande edifício conventual e uma igreja que o bispo da diocese, um século depois, ainda cobiçava para .Seminário e Sé Catedral e o governo confiscava para quartel. Estava-se em plena crise económica na vila, as pessoas morriam de fomes, pestes e epidemias. Mas esta obra, em cerca de 50 anos, absorveu mais de 25000 cruzados (10 000 000 de réis), dos quais cerca de 18 000 cruzados foram de esmolas⁽⁴¹⁾.

Em Março de 1685 os vereadores da Câmara de Aveiro requereram ao rei que lhes diminuísse o valor do contrato das sisas que era, desde 1575, de 3.312.220 réis. No ano de 1575 a vila estava ricae próspera pelo bom porto, comércio do bacalhau, boa produção do sal, etc, etc. Porém, em 1685, segundo os mesmos vereadores, e motivado pelo assoreamento da barra, os navios deixaram de entrar, o comércio definhou, as marinhas deixaram de produzir ⁽⁴²⁾. Para provarem as suas razões apresentaram testemunhos públicos dos tabeliães locais, cada um a sua razão:

- nesta vilade Aveiro não há navio nem caravelade pessoa própria que seja seu, nem que o mande fazer, nem que o tenha que ande pelo mar...
- nesta vila de Aveiro havia quantidade de lojas de mercadores de bacalhau das quais de presente estão muitas fechadas por falta de *cominuição*e caravelas que iam antigamente à Terra Nova...

⁽⁴¹⁾ *Ob.cit.*, VI volume, pág. 37.

⁽⁴²⁾ Em IOde Março de 1685, D. Pedro II decretou uma revisão doencabeçamentodas sisas em alguns concelhos onde ele estaria desadaptado das realidades económicas. Um desses concelhos foi Aveiro,que, apresentando as suas razões, viu o seu encabeçamento reduzido em cerca de um terço. Porém, essa redução foi sobrecarregada a outros concelhos daregião que, naturalmente, reclamaram. Daí todo um processo no Desembargo do Paço. O acórdão final foi transcrito no *dos da Camara da Villa de Aveyro*, hoje copiado na *Colectânea de Documentos Históricas*, a páginas 265 e seguintes do 2º volume.

- a maior parte dos pescadores desta vila, pelos muitos tributos que nela se lhe lançavam e experimentarem a falta de pescado de que vivem pelo seu trabalho por serem homens pobres se ausentaram desta vila para as cidades do Porto e Lisboa e vilas de Buarcos e Figueira...

- Na freguesia de S. Miguel a maior parte dos seus habitantes são tão pobres e miseráveis que os mais destes quando morrem ficam sem bens alguns de alma por não terem de que se lhe façam e [o vigário] e os padres da igreja os enterram pelo amor de Deus;[...] vivem em lastimosa e miserável pobreza; [...] ganham o seu sustento miseravelmente de tal maneira que em adoecendo lhes mando tirar esmola para se sustentarem...

É comum ler-se na historiografia aveirense que as causas que deram a prosperidade a esta vila foram também a causa do seu declínio⁽⁴³⁾. As movimentações das areias arrastadas pelas marés vivas foram aumentando o cordão litoral para sul, afastando cada vez mais de Aveiro a barra de acesso ao mar. Também a sedimentação e o cada vez menor desnível entre marés, criando espraiamento de água na ria não dava força de corrente para manter um canal e barra profunda e aberta.

Em 1584 a zona franca para navegação na ria ia até cerca de três quilómetros a sul da vila, o que nos leva a supor aí a barra⁽⁴⁴⁾.

Em 1598, dizia o escrivão da câmara que "[...] se vai no ano três e quatro vezes, e às vezes mais, mudar os paus dos sinais da barra, por se mudar muitas vezes, ao que os vereadores sempre assistem e levam consigo pelo menos vinte homens aos quais dão de comer *por ser duas léguas da vila* onde estão os paus dos sinais [...]" ⁽⁴⁵⁾. A barra estava a duas léguas da vila, isto é, a dez quilómetros, onde hoje é o lugar da Costa Nova.

Em 1643 a barra atingiu a Vagueira, pois nesse ano aí foi construído

⁽⁴³⁾ Além dos já citados (Silvério Rocha e Cunha, Ferreira Neves e Rangel de Quadros), também João Augusto Marques Gomes em *Subsídios para a História de Aveiro*, Aveiro, 1899 e *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875.

⁽⁴⁴⁾ Comandante Silvério R. Rocha e Cunha, *ob. cit.*, pág. 21.

⁽⁴⁵⁾ *Colectânea de Documentos Históricas*, II, Ed. da Câmara Municipal de Aveiro, 1959, pág. 17.

o Forte Velho. Em 1685 estava na Quinta do Inglês. Por fim, em 1726, chegou às proximidades de Mira, onde hoje é a povoação da Barra de Mira. Assim toda a ria se esvaziava e enchia, ao ritmo das marés e das cheias, por um regueirão de mais de dez léguas, de Ovar a Mira. E todas as naus, caravelas e patachos que demandassem Aveiro teriam que percorrer cinco léguas por esse regueirão.

Dizem-nos os historiadores aveirenses, nomeadamente Sil vério Rocha e Cunha⁽⁴⁶⁾, J. R. Rangel de Quadros⁽⁴⁷⁾, Marques Gomes⁽⁴⁸⁾ e F. Ferreira Neves⁽⁴⁹⁾ que, pelo entupimento da barra, todo o comércio, navegação, pesca e produção de sal entraram em crise irreversível até à sua completa ruína. Em 1611a praça já não teria um único navio. O mesmo é afirmado em 1685 pelo tabelião João Ferreira, em documento notarial para o monarca⁽⁵⁰⁾.

Mas pela barra entravam muitos navios. De 1619 a 1624, Rocha e Cunha registou 1280 navios franceses, flamengos e espanhóis. Destes, 102 vieram da Terra Nova com bacalhau. De 1683 a 1699 entraram apenas 245 navios, numa média anual de 14, dos quais 77 ingleses com bacalhau da Terra Nova⁽⁵¹⁾. Durante o século XVIII entraram 288 navios, numa média anual de apenas três navios, diz o mesmo investigador aveirense. Porém, tal não é exacto. Só para carregar sal, vindos da Galiza, Inglaterra e dos diversos portos da costa, a norte, no ano de 1700 entraram 122 barcos. No ano anterior, apenas em cinco meses, entraram 150. Na década que vai de 1692 a 1702 as entradas de navios para carregar sal somaram mais de 641, numa média anual superior a 64 barcos anuais⁽⁵²⁾. E não se tratava de pequenos navios, de baixo calado, mas de embarcações

⁽⁴⁶⁾ Comandante Sil vério R. da Rocha e Cunha, *ob. cit.*

⁽⁴⁷⁾ J. R. Rangel de Quadros, *ob. cit.*

⁽⁴⁸⁾ J. A. Marques Gomes, *ob. cit.*

⁽⁴⁹⁾ F. Ferreira Neves, *ob. cit.*

^(M) *Colectânea de Documentos Históricos. II, Câmara Municipal de Aveiro*, pág. 283.

⁽⁵¹⁾ Comandante Silvério R. da Rocha e Cunha, *ob. cit.*, pág. 25.

⁽⁵²⁾ Arquivo Municipal de Aveiro (AMA), *Livro das entradas e manifestações de sal nesta alfândega*.

de mais de 100 toneladas de carga, pois alguns carregaram dez milheiros de sal, isto é, 93 750 quilos. Em Agosto de 1693, o navio *Santo Espírito*, do Porto, capitaneado pelo mestre AntónioPires, registou na Mesado Sal um carregamento de vinte e um milheiros e três contos (267,5 moios de Setúbal) que dariam um peso total de mais de duzentas toneladas. Estas embarcações percorriam todo o regueirão, da Vagueira até à vila, passando pelo *cale da vila*⁽⁵³⁾, podendo ir fazer aguada na fonte dos arcos, mesmo junto das pontes da vila⁽⁵⁴⁾.

BARCOS ENTRADOS NO PORTO DE AVEIRO
PARA CARREGAR SAL, 1692-1702

	92	93	94	95	96	97	98	00	01	02
Jan		1		2		2		3	2	
Fev		2			1	1		2	6	
Mar			3		1			2	3	
Abr		3		3	1	11		5	5	
Mai		1	1	15		7		16	6	
Jun	17	4	2	31	3	5		49	4	
Jul	7	2	17	12	3	i	24	18		
Ago	7	18	13	7	3		46	5	5	19
Set	22	32	6	1	2	i	66	12	i	19
Out	4		3	1	1		11	4		
Nov	11		2	1			3	1		
Dez	2	1	i			i		5		
Total	70	64	48	73	15	29	150	122	32	38

Fonte: Arquivo Municipal de Aveiro (AMA), *Livro das entradas e manifestações de sal*, 2 vols., 1692 a 1703

⁽⁵³⁾ O Tombo da Casa de Aveiro, ao registar a marinha de Dona Jerónima Maria Barreto de Sá, viúva de D. Fradique de Menezes, diz que a *eira está para a banda da cal por onde passam os navios para a vila*.

^(M) Na provisão de D. Pedro II, ainda como regente em nome de seu irmão D. Afonso VI, em 13 de Novembro de 1680, é autorizado o lançamento do Real de Agua sobre a

Se os barcos podiam entrar bem em Aveiro não era por isso que os aveirenses os não tinham. Se os ingleses podiam meter na vila algumas dezenas de barcos carregados de bacalhau, por que não iam já os aveirenses buscá-lo à Terra Nova e não o secavam e comercializavam? Tendo-se construído em Aveiro umas centenas de barcos durante os séculos XV e XVI, por que razão não se construíram nos séculos XVII e XVIII?(⁵⁵).

A crise da marinha mercante e do comércio aveirenses, assim como das pescas e produção de sal, teve as suas causas não só em factores conjunturais, mas principalmente em factores estruturais.

A crise nacional reflectiu-se em todas as cidades e vilas mais ligadas ao comércio marítimo com o estrangeiro. Os barcos nacionais eram sistematicamente assaltados e pilhados pelos corsários, primeiro, depois por todos os inimigos de Espanha durante a união dinástica. Assim, em 1583, João André e outros aveirenses viram o seu barco de 160 tonéis, carregado de sal para a Flandres, ser apresado e pilhado. O mesmo aconteceu a António Borges, que perdeu o barco e mercadorias avaliadas em 600. 000 réis(⁵⁶). O mesmo aconteceu aos barcos da viúva de João Afonso, de Manuel Gil, de Miguel Ribeiro e de outros mais(⁵⁷).

vendado vinho atabemado para ser aplicado na reparação de alguns lugares públicos em ruínas, como "... é o cais por onde entra a maré viva até à praça da dita vila (Aveiro) por onde entram e saem as embarcações e com a continuação das águas se tem gastado pelos alicerces que em muitas partes estão caídos e arruinados e da mesma sorte uns arcos por que vai a água a um chafariz que está na dita praça que é a única fonte que há dentro da vila e de que se serve a maior parte do povo e a gente das embarcações para as suas aguadas...". A fonte referida estava colocada no primeiro arco da Arcada que ainda hoje existe, embora modificada, junto do hotel Arcada. A água para essa fonte vinha duma nascente nas proximidades da Forca, por um aqueduto em arcos. A fonte é que foi transferida para junto da Caixa Geral de Depósitos onde ainda hoje se encontra a correr água. A ruína destes arcos fez com que "... a água não chegue ao chafariz com que o dito povo padece notável falta e igual *os estrangeiros para aguada das suas embarcações*".

(⁵⁵) Aliás, em 1 de Setembro de 1694 deu entrada na Mesa do Sal Leonardo Lopes, de Matosinhos, mestre do navio S. João de Deus, "*que se fez nesta villa*", diz o escrivão do sal.

(⁵⁶) Virgínia Ra, *o*)% c/7., págs. 125 e seguintes.

(⁵⁷) F. Ferreira Neves, "A marinha mercante de Aveiro no séc. XVI", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, V, (1939), págs 213 e seguintes.

O arresto de barcos pelo rei para serviço do reino ou mesmo de negócios em que o rei se intrometia era de enorme prejuízo para o comércio e marinha mercante. Em 1578, D. Sebastião requisitou todos os barcos para a expedição militar do norte de África (58). Em 1627, Filipe III arrendou todo o comércio do sal de Aveiro para a Galiza e Asturias ao comerciante espanhol Martim de Bolibar. Para o transporte desse sal mandou ao juiz de fora de Aveiro que arrestasse todos os navios e caravelas da vila para levar o sal à Galiza e Asturias, sem dilações(!)(59).

Mas também Lisboa, Setúbal e Porto tiveram os seus navios atacados pelos corsários ou arrestados pelo rei. E, no entanto, acrise nessas cidades não foi tão profunda como se diz ter sido em Aveiro. Setúbal atingiu até grande prosperidade com o fornecimento do sal para a Holanda.

A causa mais importante para esta decadência, e agora de carácter estrutural, era a existência em Aveiro de um excessivo número de nobres e de clero. Já atrás referi a quantidade de conventos e mosteiros existentes. O fenómeno não é só aveirense. Também a nível nacional é bem notória a *hipertrofia do terciário*, essa "espectacular e estranha hipertrofia do sector que "come" a renda sem fomentar a produção"(60).

Rangel de Quadros refere com frequência, por toda a sua obra histórica sobre Aveiro, a grandiosidade dos conventos e mosteiros aveirenses e Domingos Maurício descreve a quantidade de criadas que o Convento de Jesus tinha, não só para serviço geral da comunidade, mas mesmo para serviço pessoal das monjas(61).

O clero secular era também proporcionalmente excessivo face à população da vila. Compulsando o *Tombo da Casa de Aveiro*, de 1692, os livros de receitas e despesas da Santa Casa da Misericórdia, os livros paroquiais das quatro freguesias da vila e as obras de Rangel de Quadros,

⁵⁸⁾ Virginia Rau, *oh. cit.*, pág. 144.

^(*) *Colectânea de Documentos Históricos,U*, pág. 87.

O V. Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa, 1977, pág. 108.

⁽⁶¹⁾ Domingos Maurício Gomes dos Santos, *ob. cit.*, 1/2, p. 162.

identifiquei mais de sete dezenas de eclesiásticos seculares ou do hábito de S. Pedro.

Um número grande de famílias nobres, muitas que nem sequer cá residiam, tiravam da vila os seus rendimentos. Assim os Sande e Sernide e os Pereira de Melo, que viviam na Corte, assim os Menezes, o Marquês de Arronches, os Esteves de Nápoles, os Távoras, o próprio Duque, que residia nos seus paços de Lisboa ou de Azeitão, quase nunca em Aveiro.

Este clero e esta nobreza, improdutos e consumidores, não só absorviam e delapidavam todo o excedente de produção que deveria ser canalizado para o investimento, como ainda se assenhorearam de todos os lugares de governança, com exclusão absoluta de qualquer outro, e exerciam as maiores tropelias e vexações para com estes comerciantes, mareantes, pescadores e povo em geral.

Em 1694 o burguês João Monteiro arrendou, em hasta pública e pelo maior lance, a cobrança das sisas. Ficou estipulado que a entrega da cobrança ao Executor do almoxarifado seria feita por quartéis em cada ano e cada quartel no decorrer dos três meses seguintes ao trimestre vencido. Teve a aprovação directa do Rei e tudo correu bem durante o primeiro quartel e vigência do segundo. Porém, no terceiro, surgiu um interessado que ofereceu mais seiscentos mil réis. O Executor da alfândega, por compadrio por um e talvez animosidade com o outro, exigiu a execução imediata do segundo trimestre quando o arrendatário tinha ainda os três meses seguintes para cobrar e entregar o dinheiro. E como o arrendatário não tinha a respectiva quantia, que ainda não tinha cobrado na totalidade, foi executado e os seus bens confiscados para venda em hasta pública. Valeu-lhe, posteriormente, a intervenção régia, que lhe deu razão. Mas o prejuízo, calcula-se, terá sido significativo⁽⁶²⁾.

Outro caso foi o dos cristãos-novos Simão e Lourenço Pereira, ricos comerciantes em Aveiro. Em 18 de Fevereiro de 1627 é lançada uma finta aos cristãos-novos para se angariar dinheiro, em empréstimo forçado, a

fim de acudir a "urgências do estado". E a urgência foi tal que em 21 de Março o di nheiro era entregue. Porém, aconteceu que aqueles dois irmãos estavam ausentes em Madrid, pelo que não puderam responder nem dar ordens ao seu procurador. Sem mais nem menos, os seus bens são arrestados para perfazer a sua quota parte no empréstimo forçado⁽⁶³⁾.

Em 1686 foi feito em todo o país um reajustamento dos contratos e cabeção das sisas. A nobreza de Aveiro, usando como argumento a crise económica que a vila atravessava, conseguiu que o oficial régio encarregado desse reajustamento na comarca da Esgueira baixasse o valor do contrato, sobrecarregando quase todas as outras vilas vizinhas com o que era tirado a Aveiro. Os procuradores dessas vilas não aceitaram e denunciaram que a crise de Aveiro se devia aos vexames da nobreza aos estrangeiros que demandavam o porto e comércio local, e aos abusos para com os pescadores e marinheiros locais, obrigando-os a abandonar a família e a irem procurar o sustento no Porto, em Viana, Buarcos ou Figueira. Denunciaram que os meirinhos, os alcaides, os almotacés prendiam os vendedores de pescado, ao menor e mais injusto pretexto, levando-lhes o peixe⁽⁶⁴⁾. Exagero de gente queixosa? Em parte talvez.

Mas, parece-me, a verdadeira causa da crise está em a nobreza e o clero se terem apoderado, a pouco e pouco, de todos os meios de produção, retirando do investimento e devorando na ostentação os excedentes que deveriam ser canalizados para produção. Como a nobreza e clero estavam isentos da maior parte dos impostos, estes bens deixaram de produzir receitas fiscais. E mesmo naqueles negócios onde havia que pagar sisa, a nobreza procurava fugir. Ao ler os contratos notariais dos tabeliães de Aveiro, do século XVII, verifiquei (e isso admirou-me) que em Aveiro se pagava apenas meia sisa nas transacções de bens imóveis, pois era uma tradição local. Como era costume antigo só o comprador pagar todo o

⁽⁶³⁾ *Arquivo Municipal de Aveiro, "Livro da Fintados homens de nação da comarca de Esgueira"*.

^(M) *Colectânea de Documentos Históricas, II, págs. 265 a 331.*

imposto, e como só os poderosos faziam compras de bens de raiz, criaram o costume de se pagar só meia sisa⁽⁶⁵⁾. De início, com o contrato de encabeçamento deste imposto e a riqueza comercial da vila, as sobras eram muitas e tal *alívio* não se notava no fisco real. Porém, quando o comércio diminuiu e as receitas fiscais começaram a ser insuficientes, era o povo que tinha que pagar em pesadas fintas tudo aquilo que os privilegiados deveriam ter pago. Em suma, o povo ficou sem os seus meios de produção e ainda teve que continuar a pagar as suas cargas fiscais e, agora, ainda a dos poderosos⁽⁶⁶⁾.

Um dos contratos mais frequentemente celebrados nos notários da vila é o de empréstimo hipotecário, o chamado contrato de compra a *retro aberto*. Alguém, em dificuldades económicas, pede um empréstimo em troca de um juro anual pago em espécie, no geral trigo ou milho, e dá como hipoteca um prédio num valor superior ao empréstimo. Até aqui tudo bem. Só que o encargo do juro era altíssimo numa produção de subsistência e não para investimento. E se acontecesse um mau ano agrícola o devedor perdia de imediato o seu prédio. Assim um grande número de casas e prédios rurais passaram para a mão da nobreza local. Mesmo algumas marinhas da Misericórdia, ao referirem nos documentos o título de origem, dizem "veio a esta Santa Casa por arrematação que fez [...]"⁽⁶⁷⁾.

É esta a situação económica de Aveiro nos finais do século XVII:

⁽⁶⁵⁾ *Colecção de Documentos Históricos*, II, págs. 265 a 331.

⁽⁶⁶⁾ *Colecção de Documentos Históricos*, U, pág. 275: "[...] e Continuando os dittos moradores a pagar a fazenda real a ditto quantia de tres Contos, trezentos e doze mil e duzentos e uinte aqual em alguns annos que não foram poucos aquellesem que não auiam Rendeyros se botaram fintas ao pouo para prefazer o ditto Compito e algumas pessoas a outenta mil reis outras a setenta mil reis e a quarenta mil reis, e a trinta mil reis e aos mais Conforme suas possibilidades Como Constara dos Liuros da Camara por ja neste tempo estar a Barra entupida e faltarem os Nauioz estrangeiroz pello perigo delia, auendo mujtos annos que se tinham extinguido todas as embarcaçoens dos moradores da ditto Villa que os turquos, e piratas tomaram dizem os representantes da Câmara de Aveiro nas suas alegações para a reforma do cabeção das sisas.

⁽⁶⁷⁾ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (ASCMA), *Livro onde estão todas as marinhas assentadas que a Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Aveiro tem e onde se há-de assentar o rendimento que houver em cada ano*.

quase toda a propriedade está nas mãos da nobreza e do clero, isentos de impostos porque pertencentes ao clero, à governança da vila ou cavaleiros professos das ordens militares, abusando em seu proveito dos seus poderes político-administrativos, vexando o povo e a pouca burguesia sobrança, absorvendo todos os seus rendimentos com pesadas e contínuas fintas.

3. *Os proprietários das marinhas.*

Quantidade e extensão das marinhas existentes

Consultando o *Tombo da Casa de* , de 1689, encontramos registadas 261 marinhas num total de 6 842 meios a produzir sal. Se o tamanho de cada marinha pode variar de acordo com o número de meios de cada uma, já os meios têm uma medida certa e sempre igual: 4,40^m x 15,00^m. Por isso o seu valor não se mede pela superfície total ocupada, mas pelo número de meios, situação de acesso à água do mar, organização dos seus diversos compartimentos (viveiros, alibés, caldeiros, talhos e meios) e exposição aos ventos. Por isso o valor de uma marinha depende de muitos factores, o maior dos quais ainda é a capacidade técnica e dinâmica do marnoto.

As marinhas estavam assim distribuídas.

	Marinhas	Meios
Nobreza	177	4510
Clero	73	2185
Burguesia	4	68
Povo	7	79
TOTAL	261	6842

Fonte: AUC, *Tombo da Casa de Aveiro*.

No seu total, a nobreza e o clero possuíam 250 marinhas, com 6 695 meios, enquanto que as classes populares apenas tinham 11, com 147 meios, isto é, 4,2% das marinhas e 2,1% dos meios.

Os grande senhores da produção do sal eram Miguel Rangel de Quadros e Tomé Ribeiro Leitão, por parte da nobreza; e o Mosteiro de S. Domingos, o Convento de Jesus e a Misericórdia, por parte do clero.

As salinas de Aveiro estão hoje divididas em quatro grupos: de S. Roque, do Norte, do Mar e do Sul. No século XVII esta divisão administrativa ainda não existia, mas os canais e os esteiros eram exactamente os mesmos de hoje.

Todas as marinhas tinham um nome: a *Branca*, a *Junqueira*, a *Grã Caravela*...A origem desses nomes não tinha regra fixa. Podiam ser escollúdos pelo proprietário de acordo com o seu gosto, como quem dá o nome a um animal de estimação, ou nascer de relação de propriedade ou até de uma alcunha. É o caso da *Pacheca*, por pertencer a D. Luisa Pacheca; da marinha da *Casa*, também chamada dos *Frades*, propriedade dos Frades de S. Domingos, possivelmente por lá terem uma casa de guarda do material, como hoje muitas ainda têm; a *Freirá*, por pertencer ou ter pertencido a uma religiosa professa no Convento de Sá.

Porque não se identi ficavam as marinhas pelo nome do seu proprietário e se recorria a este processo? Creio que por ser um meio de identificação permanente, para além das mudanças de proprietário. Verifiquei essa dificuldade quando a marinha aparecia registada em nome de um proprietário e, posteriormente, ao definir as confrontações com outros vizinhos, já aparecia em nome dos novos proprietários (por herança, venda ou troca). E o interesse por uma identificação e localização rápida de uma marinha não era só do respectivo proprietário ou do mamoto, mas dos funcionários da alfândega, barqueiros, medidores de sal e mesmo até compradores que, pela pequena quantidade de sal que queriam levar, se deslocavam nos seus próprios barcos à marinha. Muitos desses nomes ainda hoje se conservam, e um grande número dessas marinhas com as mesmas confrontações, pelo que será possível elaborar um mapa da

situação de todas as marinhas nos finais do século XVII e, em alguns casos em que temos números de produção, relacionar produção, situação e salinidades das águas (68). O número de meios por marinha é que se modificou, quase todas com mais meios, possivelmente à custa dos viveiros, que se tomaram menores. A limpeza dos esteiros e folsas forneceria material para elevar a altura do solo e construir os meios.

É, pois, um erro dizer-se que o assoreamento da barra, desde o início do séc. XVII, veio lançar as marinhas de sal no abandono. O *Tombo da Casa de Aveiro*, elaborado mesmo nos finais do século, refere apenas uma salina inactiva e outra só com alguns meios em laboração. E esta inactividade não era motivada por falta de água salgada, pois Miguel Rangel de Quadros produzia sal na *Judia*, salina do Monte Farinha. E as salinas de Esgueira, ainda mais afastadas da barra, entregaram, em 1695, do dízimo do sal produzido, 191 moios de sal.

Mas a abundante produção da marinha, parece-me, não estava tanto no local mais aberto à água do mar mas mais no trabalho contínuo e cuidado e na técnica do mamoto, como veremos quando falarmos na produção de sal. E prova disto está na diferente produção de cada uma e das diferentes marinhas da Misericórdia.

4. Produção de sal. Seus preços e impostos

Por falta de registos completos é-nos hoje impossível saber exactamente a produção de sal em cada ano. Não há registos de produção, mas apenas de comercialização. Apenas para esta a lei obrigava a registo. Mas como o consumo próprio era mínimo face à quantidade produzida, os números

(68) Em anexo está inserido um mapa com a localização de quase todas as marinhas. E não são todas porque, no *Tombo da Casa de Aveiro* donde foram extraídos os dados, havia descrições incompletas. Com tempo e mais investigação nos registos de sal estudo mais detalhado das confrontações é possível elaborar-se o mapa mais completo. Já para a produção isso não é possível, porque os registos estão muito incompletos. Apenas para as marinhas da Misericórdia foi possível elaborar um mapa de produção, também inserido em anexo.

de produção pouco difeririam dos de comercialização. Porém, embora a legislação obrigasse a um registo diário e de todo o sal que saísse das salinas, e se, de facto, foi feito, esses registos desapareceram em grande parte. Encontrei registos do sal saído por mar em alguns meses dos anos de 1692 a 1698 e de 1700 e 1701. Mas, para estes anos, não há registos do sal saído por terra, embora os haja para os anos de 1716 a 1718 e seis meses de 1720. Em todos estes anos, não há nenhum em que os registos estejam completos, nem quanto aos dois canais de exportação (terra e mar) nem mesmo quanto à totalidade dos meses do ano.

Antes de D. João I		Depois de D. João I	
Milheiro	1 000 Moios 250 Búzios 9 375 Kg.	Milheiro	250 Búzios 9 375 Kg. 750 Alqueires
Búzio	1/250 Milheiro 4 Moios 37,5 Kg.	Búzio	3 Alqueires 37,5 Kg.
Moio	1/4 Búzio 1/1000 Milheiro 9, 375 Kg.	Alqueire	12,5 Kg.

A medição do sal era feita em *milheiros* e *contos* para o sal saído por mar e em *contos* e *búzios* para o sal saído por terra. Muito se tem discutido sobre as medidas usadas em Aveiro para a medição do sal, bastante díferentes das medidas usadas no resto do país. Mesmo em Aveiro, houve variações ao longo dos tempos. Porém, o documento mais explícito é, ainda, o *Foral da Vila de Aveiro*, de 4 de Agosto de 1515, de D. Manuel, que transcreve o foral velho e refere as novas medidas do sal autorizadas por D. João I, a quando da imposição das sisas. No quadro junto descrevem-se as medidas anteriores e posteriores a D. João. A base das medidas era e continuou a ser o *milheiro*. Era a medida para as grandes quantidades e era usada nos carregamentos para a exportação por mar. O

milheiro valia mil moios de Aveiro e duzentos e cinquenta búzios. Portanto o búzio tinha quatro moios. As cargas pequenas, para transporte em animais e carros eram medidas por moios e meios moios, como diz o foral. Não existia o alqueire nas medidas de sal em Aveiro.

Aveiro não pagava sisa, como diz o foral, e é D. João I que a impõe⁽⁶⁹⁾. E aí determina que o imposto sobre o sal tenha por referência o alqueire. Os burgueses locais, com certeza da governança do concelho e senhores das marinhas, fazem a devida equivalência para a nova medida. Assim verificam que no milheiro há setecentos e cinquenta alqueires. E abandonam o uso do moio, para medirem as cargas médias e pequenas em búzios e alqueires, continuando a usar o milheiro para o carregamento dos navios.

Se oficialmente o moio desapareceu como medida de sal em Aveiro, na prática, nas marinhas e em algumas medidas, ele continuou, embora com outro nome: a *rasa*. Não seria medida rigorosa, pois, parece-me, tratava-se de medir com o alqueire normal, mas com *rasa*. Encontrei essa medida na contagem da produção das marinhas da Misericórdia, fornecida pelos marnotos, e, comparando valores e somas de produção, encontrei para a *rasa* o valor de 9,375 Kg, que era o valor do moio antigo. Aparece-nos ainda a *cesta* de sal que pesava 37,5 Kg, isto é, quatro moios antigos, ou quatro *rasas* e igual ao búzio. Era a cesta ou canastra feita de vime com que as carregadeiras transportavam o sal. Era, assim, igual a três alqueires.

O moio de Setúbal não era conhecido em Aveiro, embora fosse a medida quase *padrão* nos salgados de Lisboa e Tejo.

Neste estudo, para uniformizar terminologia e melhor poder comparar, reduzi todas as medidas do sal usadas em Aveiro a moios de Setúbal por ser nesta unidade de medida que todos os estudos sobre o sal de Setúbal foram feitos por Virgínia Rau⁽⁷⁰⁾.- Nessa redução utilizei as equivalências constantes do quadro.

OA.G. da Rocha Madahil, "Forais Novos do Distrito de Aveiro", in *de Aveiro*, I, 1935, pág. 69.

(70) Charles Lepierre, no seu *Inquérito à Indústria da Sal em Portugal*, dá todas as

Milheiro	5 Contos 12,5 Moios de Setúbal 250 Búzios 1 000 Moios de Aveiro	750 Alqueires 9 375 Kg. 10,5 M ³
Conto	1/5 de Milheiro 2,5 Moios de Setúbal 50 Búzios 150 Alqueires	200 Moios de Aveiro 1 875 Kg. 2,1 M ³
Moio de Setúbal	1/12,5 de Milheiro 1/2,5 de Conto 20 Búzios 60 Alqueires	80 Moios de Aveiro 750 Kg. 0,84 M ³

É praticamente impossível, com os poucos documentos que consegui juntar, definir com algum rigor a produção de sal nas marinhas de Aveiro nos séculos XVII e XVIII. Também a produção está dependente de muitos factores, como já atrás disse. Daí que os números anuais variem muito, de ano para ano.

Se analisarmos os números de exportação por mar nos anos de 1692 a 1698 poderemos fazer um cálculo de exportação média anual de 2 900 molos. E se fizermos o mesmo para o sal vendido por terra, teremos uma média de 9 000 moios anuais. Juntando estes dois valores dar-nos-ia uma produção média, teoricamente, de 11 000 a 12 000 moios anuais, isto é, próximo das 8 500 toneladas anuais⁽⁷¹⁾-

medidas em toneladas, mas na página 18 insere um quadro em que refere a produção de 5.340 cestas ou de 4.450 moios. Ora como refere a produção de todos os outros salgados portugueses também em moios, suponho tratar-se de moios de Setúbal, portanto a 750 Kg. por moio, o que daria para a cesta o peso de 625 Kg. Mas não é este valor que encontrei nas marinhas da Misericórdia.

⁽⁷¹⁾ Charles Lepierre refere para os anos de 1790 e 1791 uma produção anual de 4.450 moios, isto é, 3.337,5 toneladas. Mas estes anos são os de maior crise na barra, localizada próximo de Mira.

EXPORTAÇÃO DE SAL (POR MAR)

Mês	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Jan		31		72		88	
Fev		75			75	25	
Mar			75		4		
Abr		155		130	15	500	
Mai		5	4	760		328	
Jun	382	236	100	1723	139	162	
Jul	348	55	474	470	88	87	1528
Ago	182	678	758	292	23		2315
Set	616	1214	379	18	118	18	2347
Out	344		68	100	62		1170
Nov	380		73	32			83
Dez	173	28	187			33	
Total	2 425	2 477	2118	3 597	524	1241	7 443

Fonte: AMA, *Livradas entradas e manifestações do sal nesta alfândega*, 1692 a 1703.

EXPORTAÇÃO DE SAL (POR TERRA)

Mês	1716	1717	1718	1720
Jan	172	520	410	601
Fev	158	585	342	599
Mar	575	157	843	559
Abr	945	548	738	479
Mai	913	440	331	777
Jun	939	720	226	560
Jul		419	214	
Ago	4872	803	1299	
Set	3791		1787	
Out	1809			
Nov				
Dez				
Total	14174	4192	6 200	3 575

Fonte: AMA, *Livro das entradas e manifestações do sal nesta alfândega* (1692 a 1703)

Como são 261 marinhas, teríamos uma produção média de 32, 5 toneladas por marinha ou, ainda mais exactamente, porque o tamanho da marinha varia muito, 1 250 Kg. por meio de marinha e por ano, considerando os 6 842 meios existentes a produzir sal em 1692⁽⁷²⁾.

Mas estes números são muito aleatórios e por isso muito questionáveis. Porém há que referir que esta produção respeita apenas aos meses de Julho e Agosto, pois em Aveiro havia o costume muito antigo de só se produzir sal nestes meses, para que a excessiva produção não fizesse baixar o preço⁽⁷³⁾. Só em 1692, por uma provisão de D. Pedro II, elaborada pelo Marques de Alegrete, é determinado que se não alaguem mais as marinhas e se possa fazer sal em qualquer altura do ano, se as

⁽⁷²⁾ No *Inquérito à Indústria do Sal-Salgado de Aveiro*, escrito em 1956 pela Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, é referida a produção por meio entre 1,7 toneladas para os anos maus a 2,7 toneladas nos anos bons e nas marinhas mais próximas da barra. Considerando a tecnologia hoje utilizada, a produtividade das marinhas em 1690 não era muito inferior se tivermos em conta as contingências laborais então vividas.

⁽⁷³⁾ Este costume levou os mercadores do Porto a queixarem-se, várias vezes, em cortes, pois queriam sal em grande quantidade e barato, para depois o venderem pela *costeira* e vale do Douro. Mas tal não era o pensamento dos aveirenses.

Por vezes alguns proprietários procuravam fugir a este costume, apesar de beneficiarem do alto preço que os outros conseguiam. Para isso recorriam a privilégio real de autorização contra este costume. Nas cortes de Lisboa, de 1459, os representantes do concelho de Aveiro apresentam um capítulo especial: "[...] que a vilae comarca, citando Esgueira, Vagos, Ilhavo, Vila de Milho, e, em geral, outros logares, estava ordenado por um antigo estatuto, consentido por todas as referidas terras e confirmado pelos reis passados e pelo então reinante, que as marinhas d'esses logares se conservassem alagadas durante o mez de maio, e podessem começar a secar-se no primeiro dia de junho; e aquellas que não estivessem cheias d'água em todo esse tempo seriam logo cavadas e *desllapidadas* por tal maneira que n'esse anno não fizessem sal. Quando alguns dos mencionados logares fosse contra estas determinações, pagaria aos outros a multa de seis mil reaes. Mas porque alguns fidalgos e escudeiros recorriam a elle D. Afonso e obtinham alvarás de licença para poderem utilizar as suas marinhas antes do tempo fixado e assim quebrantava o soberano ao concelho o seu estatuto e bom costume, pedia-lhe a villa que ficassem sem nenhum effeito as licenças já concedidas, e para o futuro não as tornasse a dar. A isto respondeu D. Afonso que se taes alvarás são passados, não se podem honestamente revogar, mas d'aqui em deante elle terá maneira para que não se dêem outros; e use o concelho de seus bons costumes como deve, e ao seu proveito e ao serviço do rei pertencer." (Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, IV, Lisboa, pág. 159).

condições meteorológicas o permitirem⁽⁷⁴⁾.

O alagamento das marinhas tinha uma finalidade: não permitir que, pela demasiada produção, os preços baixassem, como referimos atrás. Por isso, para uma análise da produção do sal não interessa só quantidades mas também e, por vezes, principalmente os preços. O muito sal a preço baixo pode dar menos rendimento ao proprietário que o pouco sal a preço elevado, além de dar mais trabalho e pagar mais impostos.

Nos registos da Mesa do Sal não aparecem os preços por que o sal era vendido, mas sim só os impostos pagos. Por isso não temos possibilidade de ver os rendimentos das marinhas dos grandes proprietários. Mas no *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, nos livros de receitas e despesas anuais, encontram-se os registos das suas marinhas. Pela análise do mapajunto, poderemos avaliar produção, preços e rendimentos ao longo de quase dois séculos. Os preços do sal variavam muito, de ano para ano e até dentro do mesmo ano. O preço mais baixo foi o dos anos de 1636 e 1641, a 160 réis o moio (2 000 réis o milheiro), embora já em 1620 tivesse sido de 300 a 1 300 réis o moio (3 700 a 16 250 réis o milheiro). O preço mais elevado que conseguimos registar foi o de 1697 em que atingiu 7 900 réis por moio (98 750 por milheiro). Deve ter-se tratado de um ano de pouca produção local, mas principalmente de grande procura europeia, por crises noutros salgados.

Os preços não evoluíram muito ao longo dos dois séculos em apreço. Em 1784 ainda se vendia o sal a 2 120 réis o moio⁽⁷⁵⁾.

⁽⁷⁴⁾ *Colectânea de Documentos Históricas*, 11. pág. 374.

⁽⁷⁵⁾ Mesmo no século XIX os preços mantiveram-se, oscilando entre 1.700 e 7.500 réis por moio, segundo o estudo de David Justino, *Problemas da História dos preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1682-1931)*, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 2 (Jul./Dez.), 1978, págs. 29 a 58.

PREÇO DE DIVERSOS ARTIGOS DE CONSUMO (em réis)

	1630	1650	1690	1700	1750	1780
Trigo (alq.)	200	200	300	300	350	550
Milho (alq.)	-	-	200	200	260	300
Centeio (alq.)	-	-	200	300	240	-
Galinha (unidade)	100	100	120	120	120	-
Carneiro(unid.)	360	400	500	600	-	-
Azeite (alq.)	500	-	500	-	-	950
Pano branco (var.)	100	100	110	130	170	-
Pano azul (vara)	-	-	250	300	254	-
Pano burel (vara)	265	-	260	270	-	-
Estopa (vara)	60	-	96	80	-	-
Chapéu (unidade)	-	-	300	400	250	-
Sapatos (par)	400	-	550	600	600	-
Meias (par)	-	-	500	-	240	-
Cera (arrátel)	50	120	220	240	-	-

Fonte: ASCMA

, *Livros de Receitas e De l.*

Se analisarmos o rendimento anual de cada marinha, poderemos verificar a disparidade de produções: anos de muita abundância seguidos de anos de muito fraca produção. O ano de 1698 foi de produção extraordinariamente elevada, enquanto que o de 1701 foi ano de muito fraca produção. Outras vezes, como no ano de 1791, apesar de bom ano de produção, uma trovoadá repentina derreteu todo o sal nas eiras e arrastou-o com a corrente para o mar⁽⁷⁶⁾.

⁽⁷⁶⁾ ASCMA, *Livro onde estão todas as marinhas assentadas que a Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Aveiro tem e onde se há-de assentar o rendimento que houver em cada ano.*

Para uma análise mais cuidada da produção destas marinhas da Misericórdia, vejamos o número de meios de cada marinha:

MARINHAS	Meios	Produção média anual	Produtividade por meio
Remelha	47	54,9	U7
Anraboínos	24	38,5	1,60
Moliça	44	56,5	1,28
Doutor	30	54	1,80
Corcovada	19	27,14	1,43
Paraíso	24		
Fidalga	19		
S. Roque	33	32,8	1
Novas	19	31,9	1,68

Fonte: ASCMA

A produção média da marinha da foi de 54,9 moios, nos anos em que há referências. Como tem 47 meios, equivale a uma produtividade de 1,17 moios por meio. Na marinha dos *Anraboínos* temos uma produtividade de 1,6 moios por meio. Na marinha da *Moliça* a produtividade seria também de 1,28. A marinha de melhor produtividade era a *Doutor*, com 1,80 moios por meio. Estamos, pois, dentro de uma média normal de produtividade, que ainda hoje podemos encontrar, apesar de melhor tecnologia. Não me parece, por isso, que o assoreamento da barra tivesse prejudicado grandemente a produção de sal. E muito menos os rendimentos dos proprietários. Pela análise do mapa de produção das salinas da Misericórdia de Aveiro poderemos verificar que os rendimentos de cada marinha se mantêm em crescimento, talvez mesmo superior ao aumento dos preços dos produtos base.

Que impostos pagavam os produtores de sal?

Pela lei tura do foral pode verillcar-se que cada marinha que produzisse sal pagava anualmente de foro, por cada talho, um búzio mais meio moio, pelas medidas antigas. Cada talho media doze (13,20"), o que correspondia a três meios, pois cada meio media 4,40". Este imposto era para o duque, como donatário da vila e das salinas.

Mas era sobre a produção e comercialização de sal que caíam os mais pesados impostos.

Desde os antigos tempos que os monarcas viram esta rica fonte de impostos. D. Fernando determinou, em 1377, "dez soldos do moyo pella medida de lixboa, ou sete lljuras do mjlhreyro daueyro"⁽⁷⁷⁾. O monarca seguinte, D. João I, também não se fez rogado nas cargas fiscais. Recebendo o reino em profunda crise económica e necessitando de muito ouro para realizar o seu programa político, recorreu profusamente ao fisco. A imposição das sisas gerais foi o apogeu dessa política fiscal. E apesar do comércio do sal com o estrangeiro ser gerador de dinâmica comercial que iria trazer muitas receitas alfandegárias, mesmo assim decreta que "todo aquelle que carregar ssal pera fora do Reyno e nõ ffor com elle ou enuiar sseu home propio e nom mostrar carta de ffretamento que pague a sissa delle [...] de todo ssal que ffor uendido pague de enposiçam de cada hum alqueire çimquo libras a saber a metade o uendedor E a metade o comprador E sseia theudo de rresponder por todo o uendedor e nõ aja hi outra sissa nem enposiçam E or som seis centas libras por moyo que uem x libras por alqueire"⁽⁷⁸⁾.

Os burgueses e comerciantes reclamaram contra esta exigência de terem que acompanhar o carregamento. O Rei acabou por atender a reclamação e dispensou a presença do próprio mercador, muito embora as justiças fiscais não aceitassem o cumprimento desta isenção dada pelo Rei. E ainda em 1481, os procuradores da vila às cortes de Évora se

⁽⁷⁷⁾ J. M. daSilva Marques, *Descobrimientos Portugueses-Documentos para a sua História*, vol.I, pág. 157.

^(7*) AN'IT, *Chac daria de I. João I*, liv. 5. Fis. 121 e 121 v..citado por VirgíniaRAU, *ob. cit.*, pág. 115.

queixavam deste abuso dos oficiais do fisco.

D. Manuel legislou, no Foral da Vila de Aveiro: "E paga se do dicto Sal outro directo que chamam Impossiçam e Concerto polio quali se paga por cada milheiro de Salí na dicta Villa ora valha o Sal muyto ou pouco duzentos e quatorze rreaes desta moeda de Seis Ceptis o rreal Além disso todo o que carregar sal para Galiza paga ainda a dízima a dez reais por milheiro e portagem de treze reais por cada barco. Se for para outro país pagará só a portagem e fica obrigado a trazer mercadorias de retorno que paguem dízima. Se não trouxer mercadorias, pagará este imposto por inteiro.

Não temos elementos sobre os impostos que recaiam sobre o sal em Aveiro, depois de D. Manuel e até 1692. Mas, com certeza, não serão diferentes dos que se pagavam em Setúbal⁽⁷⁹⁾.

Em 1 de Julho de 1692, o galego Tomaz Praça de la Cruz, mestre do navio *San Benedito e Santa Bárbara*, pagou na Alfândega de Aveiro 33 750 réis de imposto sobre seis milheiros de sal carregados, o que dá um imposto de 450 réis por moio.

No dia 11 do mesmo mês e ano, o inglês residente em Aveiro John Colle fez embarcar para Inglaterra oito milheiros de sal e pagou de direitos 50 000 réis, portanto a 500 réis por moio.

Em 30 de Abril de 1697, Bartolomeu Martins, de Esposende, mestre do navio *Santa Cruz*, carrega para aquela vila dez milheiros mais um conto e meio de sal, isto é, 128,75 moios e pagou de impostos 57 937 réis. O imposto foi, portanto, de 450 réis o moio⁽⁸⁰⁾.

Daqui se conclui que o comprador de sal em Aveiro pagava de imposto, por moio, 450 réis se fosse para o reino ou para a Galiza, e 500 réis se fosse para outros países.

O dízimo do sal era ainda outro imposto muito gravoso. Não consegui saber o seu valor, pois era pago em sal. Era cobrado nas eiras e trazido para

⁽⁷⁹⁾ Ver Virginia Rau, *ob. cit.*, pág. 163.

⁽⁸⁰⁾ AMA, *Livro das entradas e manifestações do sal (1692 a 1703)*.

a eira dos dízimos, que ficava num terreno vago junto à marinha *Grã Caravela*. Mas somava uma grande quantidade. Em 1692 venderam-se, só por mar, 208 moios desse sal dos dízimos de Aveiro. Também dos dízimos de Esgueira, de Aradas e de Ilhavo se venderam, respectivamente, 15,50 e 17,5 moios. No ano seguinte venderam-se, também só por mar, 471 moios dos dízimos de Aveiro. Mas igualmente para o interior se vendia sal proveniente da eira dos dízimos. Assim não temos qualquer possibilidade de dar percentagens exactas⁽⁸¹⁾.

As *cairas* eram outro imposto, que se pagava para o concelho. Tal como o dízimo, era pago em sal na eira e também como ele era vendido quer por terra quer por mar. Só sabemos que, em 1692, foram vendidos por mar 84 moios de sal proveniente da eira das *cairas* da vila e, em 1693, foram vendidos 55 moios⁽⁸²⁾.

Também o duque de Aveiro aqui vinha recolher alguns reais, exactamente 40 reais por moio de sal vendido⁽⁸³⁾.

Além de todos estes, havia ainda uma série de outros pequenos impostos, pequenos mas que somados eram uma boa maquia: 3% para o consulado, os búzios e ver-de-peso, a prancha⁽⁸⁴⁾, as visitas do Guarda-mor...

Creio que se pagava também a dízima da Igreja... e ainda as esmolas para a Misericórdia (esta esmola do sal rendia quase tanto como uma marinha!) e para tudo quanto fosse confraria, procissão ou festa religiosa⁽⁸⁵⁾.

(81) AMA, *Livro da entradas e manifestações de sal (1692 a 1703)*.

(M) AMA, *Livro das entradas e manifestações do sal (1692 a 1703)*.

(83) AMA, *Livro das entradas e manifestações do sal (1692 a 1703)*.

(M) São dois impostos por serviços prestados pelo concelho. "E o Concelho dara os búzios per que se mede o dicto sal", diz o Foral. As medidas com que se media o sal, para maior rigor nas medições e confiança nelas, eram fornecidas pelo concelho, que também nomeava os medidores, não podendo ninguém intrometer-se nessa nomeação.

A prancha era o imposto que se pagava pela utilização de uma prancha por onde as carregadeiras passavam da eira ou do mercan tel para o navio, a carregar o sal. Pagava-se mesmo que se não utilizasse (*Colectânea de Documentos Históricos*, II, Câmara Municipal de Aveiro, 1959, Pág 241).

(85) ASCMA, *Livros de receita e despesa*. Cfr. também, em Rangel de Quadros, *Apontamentos Históricos, III, Capellas e Ermidas e Festividades Municipaes*.

5. Relações de produção entre proprietários e mamotos

O regime de exploração das salinas era o de parceria de metade, isto é, a produção era metade para o proprietário e metade para o mamoto⁽⁸⁶⁾. Ainda hoje existe este tipo de produção, mas uma grande parte das despesas e os impostos são também repartidos. Porém tal não acontecia nos séculos XVII e XVIII. Se a produção era dividida a meio, tal não acontecia com as despesas e impostos que recaíam por inteiro sobre o mamoto. O procurador do Convento de Jesus é bem explícito na normativa que faz para o bom governo material dos bens do mesmo:

"Forma de fazer sal:

Vendese o sal de huma marinha ou parte delia e, somandose o quanto rendeu o sal, se fás o dinheyro em duas partes, huma para o mamoto, outra para o convento. De cada des tostoos da parte do marnoto, se tira 50 reis para o dito convento, que he dos meynos dizimos que não pagamos, e ficamos com os 50 reis, de cada 1000; e, de cada conto de sal, se tirão 100, que é dos direitos, que não pagamos, e fica para a nossa parte 50 reis de cada conto, que é o que se chama avansos.

Do dinheiro que fica líquido para o mamoto, se uera, se deue alguma cousa, ou de bombeyros ou couce ou de empréstimo: se descontara, conforme o anno do sal, ficando sempre o marnoto fauorecido, em ordem a que leue alguma couza do seu trabalho de verão, excepto se despedir a marinha, que entam deue pagar tudo"⁽⁸⁷⁾.

O Convento, além de estar isento de pagar o imposto, ainda vai cobrar ao mamoto o valor daquele mesmo imposto. Não paga e ainda recebe. E o marnoto paga o dele e o do Convento.

(⁸⁶) ASCMA, *Livro onde estão /.../*; também nos livros de receitas e despesas.

(⁸⁷) Domingos Maurício Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de A veiro*, 1711, Edição da Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa, 1967, pág. 674.

O mesmo acontecia nas marinhas da Misericórdia de Aveiro. Em 1686, a marinha *Doutor* produziu sal que rendeu, na totalidade, 28 650 rs. O mamoto pagou de impostos e direitos de medição 2 200 rs. Como a Misericórdia estava isenta de impostos, teria que fazer a divisão sobre a produção bruta, o que lhe daria um quinhão de 14 325 rs. Porém o tesoureiro fez as contas de outra maneira: pegou na receita total, diminuiu os encargos fiscais, dividiu por dois, o que deu para cada parte 13 225 rs. Como a Misericórdia não pagava impostos, *tirou* ao mamoto a importância dos impostos, recebendo assim um total de 15.425 rs.

As despesas com uma marinha eram grandes. Apesar de só produzirem sal durante dois meses, por todo o ano havia trabalhos de manutenção a efectuar: constante limpeza e conserto dos muros e barachas para que a água corrente dos esteiros os não destrua, limpeza dos moliços e lamas, *curar* os meios cristalizadores, isto é, endurecer o fundo onde se irá acumular o sal, reparar eiras e caminhos, etc. Estas operações, de rotina durante todo o ano, exigem uma atenção especial nas seis semanas anteriores ao início da safra.

Nos meses da safra. Julho e Agosto, o trabalho é contínuo, chegando o mamoto e ajudantes a dormirem na marinha. Enquanto em Setúbal e Lisboa sal se acumula e é retirado apenas por uma ou duas vezes em toda a safra, nas salinas de Aveiro é um trabalho diário e até mais que uma vez por dia. Há ainda que o transportar para as eiras, vigiar continuamente a água nos diversos compartimentos da marinha e seu teor de concentração de sal, transferi-la de compartimento para compartimento no momento exacto, executar uma série de tarefas específicas - *quebrar e rêr*-do muito que depende a qualidade do sal⁽⁸⁸⁾. Por isso o mamoto é um

⁽⁸⁸⁾Não é minha intenção, nem para isso tenho competência técnica, falar do processo químico do sal. Mas apenas dar uma vaga ideia do trabalho, técnica e cuidado perante o mamoto. A água do mar traz uma concentração salina na ordem dos 2,5º Baumé. Na medida em que se vai fazendo a evaporação da água, vai-se concentrando o teor de sal. Porém a água do mar, além do sal, tem muitos outros compostos que é preciso separar do sal para purificar o seu gosto. E esses compostos depositam-se em diversos momentos da sua evaporação e concentração. Por isso o mamoto tem que estar atento para mudar as

artista muito considerado e muito procurado. É arte que se aprende no seio da família e que se guarda secretamente. Os marnotos de qualquer salgado têm a sua terminologia especial, fechada a estranhos, para evitar a fuga de informações e técnicas⁽⁸⁹⁾.

Assim a produção de uma marinha depende muito do marnoto, tanto da sua sabedoria e técnica, como do seu contínuo cuidado. E uma má água pode produzir um bom sal, assim como uma muito *boa* água pode não produzir sal que preste.

O bom marnoto é cobiçado por todos os proprietários de marinhas. E se não é respeitado pelo proprietário da marinha, emigra para outros salgados, onde sempre encontra trabalho. Por isso, no século XVII muitos marnotos emigraram para a Galiza, onde foram promover a fábrica de marinhas. Ora isto não só prejudicava o fabrico do sal português, como nos tirava o quase monopólio do sal, baixando muito os preços, pela concorrência. Por isso D. Pedro II, por alvará de 15 de Setembro de 1695, proibiu toda a saída de marnotos para a Galiza ou para outros salgados no estrangeiro e que não fossem admitidos quaisquer estrangeiros a trabalhar nas marinhas portuguesas, nem de qualquer modo observarem as técnicas de produção do sal⁽⁹⁰⁾.

O marnoto possuía a sua equipa de trabalho: dois ou mais *moços* e algumas carregadeiras. Os moços podiam ser os seus filhos ainda não *emancipados* ou que estavam, com o pai, a aprender a arte; podiam também ser rapazes contratados para a safra; ou, o que deveria acontecer com frequência em Aveiro, negros escravos⁽⁹¹⁾- Ge facto, nos registos

águas de uns compartimentos para os outros de acordo com a sua concentração de modo a que a água chegue aos meios de baixo com o grau B aumé ideal para dar um sal cristalino e puro. Sobre a técnica de fazer sal veja-se, por exemplo, Charles Lepierre, *A Indústria do Sal em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa, 1936; ou o *inquérito à Indústria do Sal-Salgado de Aveiro*. da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, Lisboa, 1956.

⁽⁸⁹⁾ R. de Sá Nogueira, "Subsídio para o Estudo da Linguagem das Salinas", separata de *A Língua Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, 1935.

⁽⁹⁰⁾ *Colectânea de Documentos Históricos*, II, pág. 418.

⁽⁹¹⁾ Nos registos paroquiais das quatro freguesias da vila aparecem-nos com frequência

paroquiais das quatro freguesias de Aveiro aparecem-nos, com muita frequência, nascimentos, casamentos e óbitos de escravos. E o trabalho dos moços das salinas, pelas condições de calor e humidade em que é executado, é um verdadeiro trabalho *de escravo*.

6. *O Comércio do* *sal.*
Portos e locais de destino

Se analisarmos o mapa de exportação do sal por mar, ao lado, verificaremos que Aveiro fornecia de sal o norte do país e a Galiza. Quase 37% do sal exportado por mar foi para os portos da Galiza (Vigo, Marín, Baiona, Porto Novo e Corunha), 50% para os portos de Entre Douro e Minho, 7% para os portos de Inglaterra, França, Suécia, Irlanda e Terra Nova e apenas 6% para os portos do sul (Lisboa, Setúbal, Peniche e Ilhas).

Os carregamentos para Lisboa e Setúbal foram absolutamente esporádicos e até pouco compreensíveis, pois trata-se de dois locais produtores de sal e em muito mais abundância do que em Aveiro. As exportações para Peniche destinavam-se ao abastecimento dos barcos de pesca, *para as pescarias de Peniche*, dizia um dos registos. E era sempre em pequenas quantidades. O principal fornecedor destas pescarias era o mestre aveirense Manuel Franco, que fazia duas ou três viagens mensais a Peniche a levar sal. Para o efeito tinha um armazém em Aveiro, donde, às vezes, carregava.

Para o arquipélago dos Açores, e possivelmente também para o da Madeira, havia também muita exportação de sal. Era muito mais frequente para os Açores que para a Madeira. Há muitas referências a carregamentos de trigo da Ilha, possivelmente a Terceira, também muitas vezes referida. Da Madeira vinha o açúcar, referenciado no memorial da Câmara sobre

baptizados ou óbitos de escravos indicando como seus proprietários pessoas que não pertencem à nobreza.

os produtos que pagavam sisa no porto.

Os principais portos de Entre Douro e Minho eram Esposende, com 3 568 moios, e os portos de Viana, Caminha e Vila do Conde, cada um com cerca de metade daquela quantidade. Esposende, na entrada do Cávado, abasteceria toda a populosa região de Barcelos, Braga e Guimarães. Vila do Conde era também o porto natural de um vasto *hinterland* até Vila Nova de Famalicão, Bougado e Santo Tirso. Viana, na foz do Lima, tinha um comércio para Ponte de Lima e Ponte da Barca, Arcos de Valdevez. Caminha forneceria toda a margem esquerda do Minho até Monção e mesmo algumas regiões galegas. Encontrei nos registos muitos mestres de navios da Galiza a carregar com destino a Caminha.

As exportações para o norte de França, Irlanda e Suécia teriam sido esporádicas. Para Inglaterra e Terra Nova eram organizadas por alguns comerciantes ingleses residentes em Aveiro e que possuíam armazéns de sal. Dois deles, bem conhecidos pelo seu poder económico e arrendatários da massa das sisas, foram John Coll e Nemias Thousand⁽⁹²⁾.

As exportações por terra, como já atrás disse, seriam o dobro das que iam por mar. O principal destinatário, e por enorme vantagem, era o Porto⁽⁹³⁾. Conforme se registava no despacho, este sal ia em barcos mercantéis, ria acima, até Ovar; desconheço que transporte teria daí para o Porto. Destinava-se a abastecer todo o *hinterland* do Douro e de Trás-os-Montes e muito dele a embarcar como moeda de troca para produtos a comprar no estrangeiro.

⁽⁹²⁾ Na *Colectânea de Documentos Históricas*, II, página 436, o nome destes dois comerciantes aparece aporuguesado como sendo João Cole e Nomias Tousão. Nos registos da Mesa do Sal aparecem como aqui são apresentados e referidos como comerciantes nesta vila.

⁽⁹³⁾ Desde o séc. XIII que o Porto anseia por comerciar o sal de Aveiro por todas as povoações limítrofes e do vale do Douro, em regime de monopólio, pois “*nom auja manijmento se nom per sal e per pescado*” E nas cortes de Santarém, em 1331, pediram mesmo a intervenção régia contra o almoxarife de Aveiro que lhes havia agravado o custo do sal como imposto da dizima (V. Rau, *ob. cit.*, pág. 106). E em 1610 conseguiram uma provisão régia que os autorizava a tirarem 600 milheiros de sal de Aveiro, isentos de

EXPORTAÇÃO DE SAL POR MAR (DESTINOS)

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	TOTAL
Açores (Ilhas)		10	217,5	112,5			309,5	649,5
Azurara	59	248		82,5			81	470,5
Barras do reino				175				175
Caminha		247,5	307	575,5		43	321,5	1494,5
Esposende	337,5	444	567	212,5	106	333	1568	3568
Fão							102,5	102,5
França					67,5		180	247,5
Galiza	1546	594	100	1391,5	77	542,5	3049	7300
Inglaterra	137,5	233	25			131,5	226,5	753,5
Irlanda			112					112
Lisboa		22,5						22,5
Norte				72,5		25	184	281,5
Peniche	60	38,5	31	103	55,5	25	36,5	349,5
Porto		130					440	570
Quatro Vilas (?)				45				45
Setúbal	50							50
Suécia				100				100
Terra Nova		28,5			75	73,5		177
Viana	235	213	295	458	50	67,5	446	1764,5
Vila do Conde		215,5	463,5	269	14		498,5	1460,5
s/indicação		52,5			79			131,5
Total	2425	2477	2118	3597	524	1241	7443	19825

Fonte: AMA, *Livro das entradas e manifestações de sal* [1692 a 1703]

Pelo Vouga, para a região de Latões, Viseu e Lamego seguiam também grandes quantidades de sal. Iam em mercantéis até Pessegueiro do Vouga e depois levados por al mocreves em carros ou animais de carga. Também pelo Águeda seguiam muitos búzios e contos de sal para as regiões de Tondela e Besteiros.

direitos (Manuel Fernandes Thomaz, *Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*, Coimbra, 1823, s.v. sal).

Pela Ria e para sul, descia sal para Vagos, Covão do Lobo e Mira.

Das regiões de Mealhada, Oliveira do Bairro e Cantanhede vinham a Aveiro comprar sal, em caravanas de carros de bois. Os caminhos não estariam transitáveis senão nos meses de verão. Por isso o grande afluxo destas viaturas para transportar sal era nos meses de verão: Agosto, Setembro e Outubro. Como as cargas não podiam ser muito pesadas, os veículos vinham em caravana de 6,8,15 e até 20, levando cada um cerca de oito búzios, isto é, cerca de trezentos quilos. Imaginemos a quantidade de carros que circulavam pelas estreitas ruas da cidade. No dia 21 de Agosto de 1716, por exemplo, foram carregados 109.

Todos os carros com sal eram despachados para o Carregai, fosse qual fosse o seu destino último. Não consegui perceber o porquê deste entreposto. Nos arredores de Aveiro e na direcção da Bairrada só existe um Carregai situado entre Mamodeiro e Requeixo, portanto desviado da estrada que passava muito a sul da laguna de Ferméntelos.

7. Em jeito de conclusão

Como disse na introdução, as raízes de Aveiro estão profundamente entranhadas nas suas salinas. Foi um berço de ouro. De ouro branco. O sal fez a prosperidade da vila, atraiu riqueza, atraiu o respeito de outras vilas e cidades, representação nas cortes, privilégios reais semelhantes aos das grandes cidades.

Sendo um bem essencial, como o trigo, quem o possui é senhor da vontade daqueles que dele não podem prescindir. Mas enquanto o trigo é um bem que se produz em muitos locais e com muitos produtores, já o sal é privilégio só de alguns, que podem monopolizar a sua produção e controlar os seus preços, na certeza de que as pessoas passarão fome ou modificarão a sua dieta alimentar, mas não conseguem dispensar o sal.

Um produtor de sal nunca tem prejuízo. Se foi mau o ano de produção eleva os preços até se sentir satisfeito, que não lhe faltarão compradores. Se foi de produção abundante, pode perfeitamente açambarcar os

excedentes, de modo a segurar os preços. Isso foi feito nos séculos XV a XVIII. E durou até mesmo depois da proibição régia de manter as marinhas alagadas até Julho. De facto, ainda há muito poucos anos eram os mamotos que combinavam entre si quando deviam começar e acabar a safra, de modo a controlar a produção com a oportunidade de melhor comercialização.

Vimos que, por motivos vários, e não só pelo assoreamento da barra, a sua produção baixou. Porém, os rendimentos do sal, em movimento inversamente proporcional, continuaram sempre na alta.

Sendo o sal produtor de poder económico, é natural que tivesse sido cobiçado pela nobreza, clero e burguesia, de si já poderosas. Muita da burguesia setecentista de Aveiro, mesmo que já senhora do poder económico, ansiou pelo reconhecimento de um estatuto e rituais do poder mais elevados e procurou uma assimilação à nobreza. Porém, não levou com ela as virtudes burguesas do trabalho e do investimento, mas deixou-se enlevar pelos vícios da ostentação e do consumo desregrado da nobreza.

Donas do poder económico, antiga e nova nobrezas facilmente conseguiram do monarca os ofícios administrativos, de chorudos ordenados e emolumentos e forte poder condigno⁽⁹⁴⁾. Tudo e todos se lhe submeteram. E, aliados a um clero manipulador das consciências pelas promessas ou ameaças⁽⁹⁵⁾ de um bom ou mau destino eterno, tomaram-se senhores de todas as instituições do poder.

O poderem si e quando numa justa medida é útil e criador de harmonia e progresso. Quando excessivo e abusador dos direitos fundamentais da pessoa humana leva à ruína da sociedade.

A nobreza e o clero tornaram-se proprietários de quase todas as salinas de Aveiro. Mas não souberam investir os ricos rendimentos que daí auferiram, antes os delapidaram na ostentação. E os verdadeiros produtores

O¹⁴) John Kenneth Galbraith, *Anatomia do Poder*, Difel, Lisboa, 1983, pág. 20.

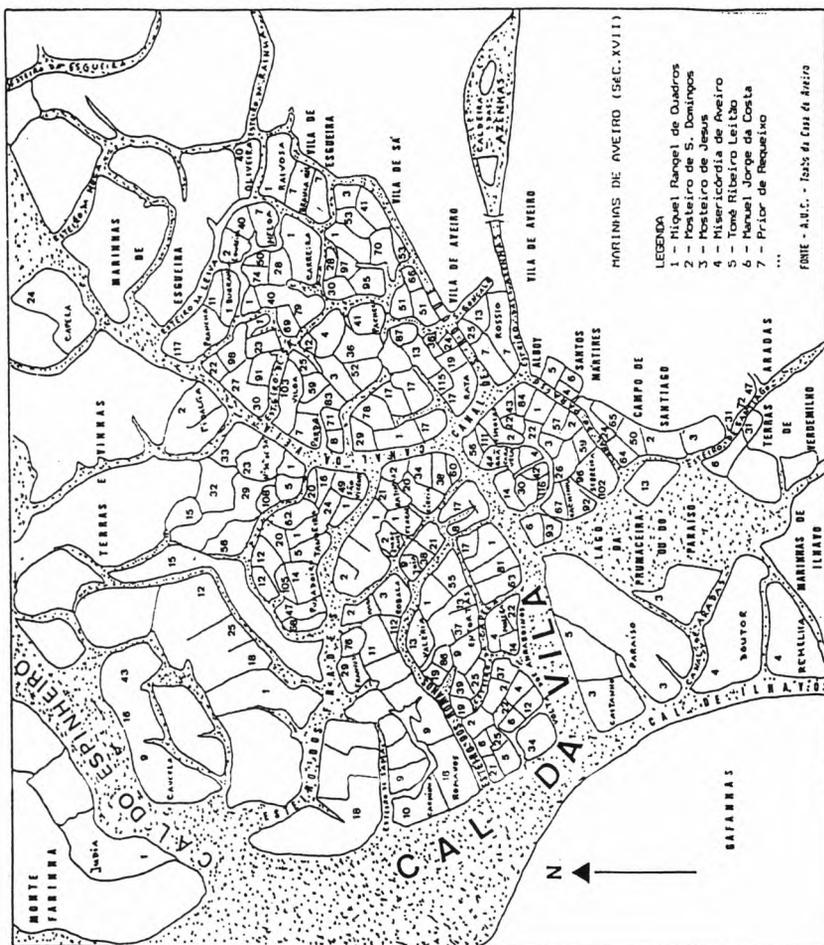
(⁵) Galbraith chama-lhe o poder condicionado.

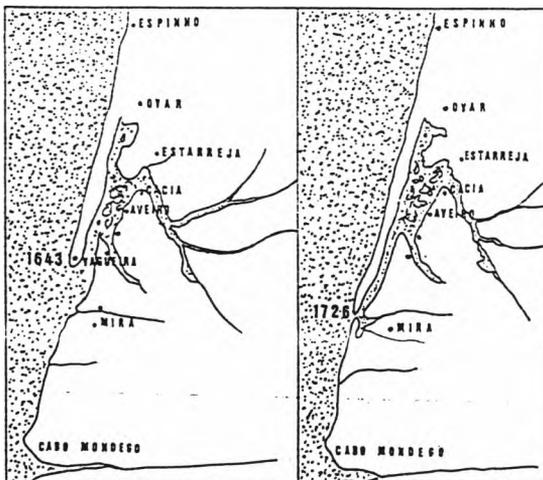
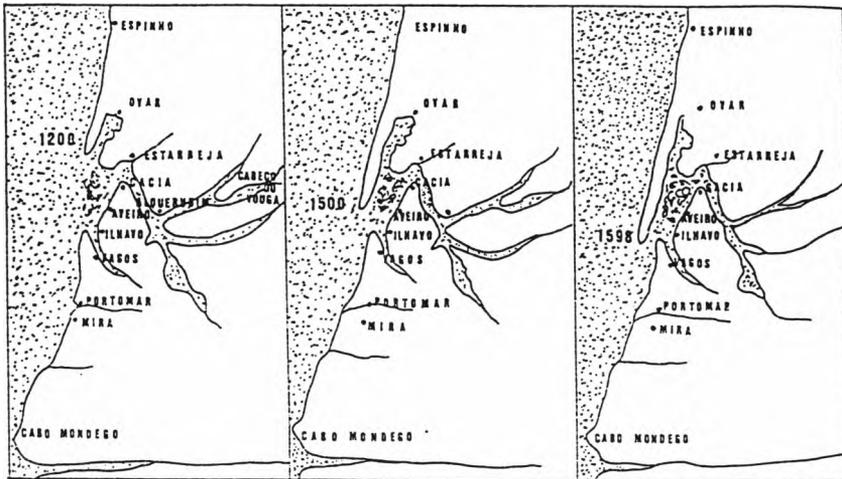
de sal, os mamotos, espoliados em mais de dois terços do fruto do seu trabalho, começaram a procurar outras paragens que melhor valorizassem o seu esforço e saber.

E quando a crise chegou, a nobreza queixou-se do assoreamento da barra, das cheias, de anos chuvosos, das pestes e fomes.

Em Aveiro, estou bem convencido, não foi o assoreamento da barra que trouxe a crise, mas o próprio *poder do* criou uma nobreza e clero poderosos e esbanjadores que acabaram por o destruir.

MANUEL BARREIRA





Tentativa de esquema da formação da bacia do Baixo Vouga, dos sécs. XIII ao XVIII, baseada nos autores referidos no texto e ainda nos estudos de Bandeira Ferreira, Fernando Martins e Fernando Castelo Branco.